

Primeiros habitantes, invasores coloniais e novos bandeirantes: a dinâmica da exploração na Amazônia até a primeira metade do século XX

First inhabitants, colonial invaders and new bandeirantes: the dynamics of exploration in the Amazon until the first half of the 20th century

Cidiclei Alcione Biavatti¹

Marina Haizenreder Ertzogue¹

DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v26i55.1048>

Resumo: Este artigo objetiva descrever como se deu a ocupação da região Amazônica, desde antes da chegada dos invasores europeus, até a primeira metade do século XX. Buscou-se compreender como as relações homem-natureza se transformaram durante os séculos, principiando com a exploração basicamente de subsistência e chegando à utilização comercial intensiva dos recursos naturais. Utilizamos, para isso, procedimentos metodológicos da revisão bibliográfica e documental incluindo desde as crônicas dos primeiros exploradores europeus, até o discurso estatal, fomentadores da projeção da Amazônia como ambiente mítico. A história da ocupação humana na Amazônia ocorreu em fases distintas: estima-se que a primeira tenha ocorrido há cerca de 12.000 anos, já no século XVI, é registrada a chegada oficial dos europeus, o que desencadeou a intensificação da ocupação e exploração da Amazônia nos séculos seguintes. A chegada do europeu às terras da América, marcou o início de uma ruptura brutal na forma de exploração dos recursos naturais disponíveis nessas novas terras. A borracha foi um desses recursos, sendo explorada antes como novidade, em seguida como inovação tecnológica e, por fim, como insumo essencial para a vitória em conflitos bélicos. Nessa dinâmica, temos o indígena originário, o invasor europeu e, em um movimento colonizatório interno, a migração de habitantes de outras regiões do Brasil para a Amazônia, seja fugindo de condições adversas, como a seca no Nordeste, bem como a marcha incentivada pelo Estado, como forma de integrar a região amazônica ao restante do país.

Palavras-chave: Amazônia; indígenas; borracha; marcha para o Oeste.

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil.

Abstract: This article aims to describe how the Amazon region was occupied from before the arrival of the European invaders until the first half of the 20th century. It seeks to understand how human-nature relations have changed over the centuries, starting with basically subsistence exploitation and culminating in the intensive commercial use of natural resources. To this end, we used the methodological procedures of a bibliographical review, ranging from the chronicles of the first European explorers to the state discourse, which fostered the projection of the Amazon as a mythical environment. The history of human occupation in the Amazon took place in different phases: the first is estimated to have occurred around 12,000 years ago, while the official arrival of the Europeans is recorded in the 16th century, which initiated the intensification of the occupation and exploration of the Amazon in the following centuries. The arrival of Europeans in America marked the beginning of a brutal break in the way the natural resources available in these new lands were exploited. Rubber was one of these resources, first exploited as a novelty, then as a technological innovation and, finally, as an essential material for victory in war conflicts. In this dynamic, we have the original indigenous people, the European invaders and, in an internal colonization movement, the migration of inhabitants from other regions of Brazil to the Amazon, either fleeing adverse conditions, such as the drought in the Northeast, or the march encouraged by the State, as a way of integrating the Amazon region with the rest of the country.

Keywords: Amazon; indigenous; rubber; march to the West.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é considerada a maior floresta tropical do planeta, medindo, segundo a Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG), 8.470.209 km² e, de acordo com revisão técnica divulgada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocupa 58,93% do território brasileiro, o que corresponde a 5.015.067,86 km² (IBGE, 2022). Sua exuberância era desafiadora e incitou a curiosidade, imaginação e ganância do explorador europeu que aportou em busca de riquezas e excentricidades. Para uns, um paraíso perdido, para outros, um inferno verde ávido por engolir novas almas que o desafiassem. Porém, antes da sua *descoberta*, outros humanos já haviam se embrenhado nas profundezas desse oceano verde. Neves (2022) destaca que a presença humana na Amazônia não difere em antiguidade com outras áreas ocupadas em partes distintas da América do Sul. Nas crônicas das primeiras incursões pelo Rio Amazonas, é descrita a presença de comunidades estruturadas em suas margens, com grandes populações e riqueza cultural, que, infelizmente,

também foram as primeiras vítimas do contato, sendo dizimados por doenças, escravizados ou catequizados (Lathrap, 1975).

Os relatos fantásticos, que alcançaram os ouvidos dos aventureiros europeus, ataçaram a imaginação e a cobiça de homens ávidos por tomar posse de tesouros incalculáveis, explorar cidades cobertas de ouro e a abundância de especiarias encerradas na profundidade verde da selva (Souza, 2019). Desde o princípio da investida colonizadora, ficou claro que a atividade coletora, em contraponto à implantação agrícola, se mostrava ser a mais viável maneira de explorar economicamente a região amazônica, reflexo da singularidade climática e da dificuldade em se conseguir mão de obra, seja assalariada ou escravizada (Weinstein, 1993).

Nesse contexto, a borracha se destaca, sendo responsável pelos momentos de maior prosperidade econômica na Amazônia, entre os anos de 1850 e 1920, quando entra em decadência, sobretudo por enfrentar a produção das colônias inglesas na Ásia, mesmo sendo originária do Brasil (Santos, 1980; Dean, 1989; Weinstein, 1993).

Apesar do declínio em sua exploração, a borracha esteve presente em outros capítulos na história econômica do Brasil da primeira metade do século XX. A investida de Henry Ford, com um projeto gigantesco de cultivo para alimentar a linha de produção de seus automóveis, se transformou em mais um exemplo de como a Amazônia, quando subestimada, pode encurtar e derrocar planos ambiciosos (Grandin, 2010). Em seguida, a Segunda Guerra Mundial também chegou à Amazônia. A borracha amazônica foi vetor também dessa investida, sendo produzida para alimentar a máquina de guerra dos aliados contra os nazistas. Os trabalhadores, em geral migrantes nordestinos, foram alçados à soldados da borracha, uma alcunha que lhes permitia sentirem-se parte fundamental nessa grande batalha (Dean, 1989).

Se levarmos em consideração a história Amazônica pontuada desde a chegada do europeu, as transformações ambientais foram processadas em estágios e intensidade distintas, principiando com o reconhecimento, o fascínio pelo desconhecido e, posteriormente, com a exploração dos recursos naturais. A busca por tesouros extraordinários permitiu o contato com outras fontes de riquezas, como o caso da borracha. Nessa movimentação colonizadora houve um crescente acréscimo na população migrante na região, fomentando o surgimento de núcleos

populacionais consideráveis, com influência direta na modificação ambiental da região (Salati; Oliveira, 1987).

A complexidade em se estudar a Amazônia, diante dos inúmeros aspectos e particularidades que compõem sua formação enquanto ente natural e histórico, nos fez questionar: Como se processou a ocupação da Amazônia, a exploração econômica e as implicações socioambientais desse processo? Desta forma, artigo tem como objetivo percorrer a linha temporal que se estende do ano 1500 ao final da Segunda Guerra Mundial, tendo como personagem o espaço amazônico, ocupado inicialmente por povos em migração pelo continente e depois pelo invasor europeu, que se depara com uma imensa selva, habitada por grupos humanos distintos em aparência e costumes, seja entre si ou com o *conquistador*.

A pesquisa aqui proposta se justificativa pela necessidade em se compreender processos históricos da exploração da floresta amazônica, seja sob a relação de interação homem-natureza como um organismo só, seja na intensificação da retirada de recursos naturais, como o caso da borracha, e sua valoração como componente da formação e estruturação econômica do país.

Consideramos relevante compreender a relação há tempos conturbada de grande parte da humanidade com o ambiente natural em que vive. As sociedades oriundas sobretudo da Europa, desde sua chegada, buscaram riquezas para acumular, sobrepujando sociedades locais e seus costumes, impondo sua estrutura cultural sobre culturas aqui já consolidadas e a relação destas com a natureza. Tais ações passadas refletem hoje em sérios problemas ambientais que se espalham pelo planeta, partindo de mudanças locais para eventos com relevância e impactos globais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender a discussão teórica que sustenta a problemática desta pesquisa, esse estudo se fundamenta metodologicamente como básico, com objetivos exploratórios, procedendo com revisão bibliográfica e documental, a fim de compreender com mais clareza os fatos históricos. Isto inclui crônicas dos primeiros exploradores europeus, a construção cartográfica da região amazônica, chegando ao discurso estatal, agentes estes fomentadores da projeção da Amazônia como ambiente mítico.

Para organizar a bibliografia, efetuamos a busca bibliográfica e documental em bases digitais como a *Gallica*, que é biblioteca digital da Bibliothèque Nationale de France e disponibiliza documentos, mapas antigos e livros sobre a história da exploração da América, a Biblioteca Digital de Obras Raras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, além de pesquisas na biblioteca física da Universidade Federal do Tocantins. Após a coleta dos materiais, procedemos a leitura e análise documental dos mesmos, almejando constituir uma sólida base teórica para a construção desse estudo.

2.1 Antes da Amazônia

A história do povoamento indígena no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento, embora pouco se saiba, ao certo, quanto às cifras da população que habitava o atual território brasileiro em 1500
(Ronaldo Vainfas).

Embora o período de interesse na ocupação histórica brasileira tende a se estabelecer com a chegada dos invasores europeus, desde muito antes essa porção continental de terra já era habitada por grupos humanos distintos. Das bordas litorâneas, ao sertão coberto pela caatinga ou cerrado, até a densa floresta tropical ao norte, a atividade humana estava presente, estabelecida em sociedades organizadas, que coexistiam entre si e que dos recursos naturais extraíam seu sustento.

Postava-se a densa floresta, posteriormente chamada Amazônica, imersa em suas metamorfoses, quando eis que uma nova espécie se estabelece em seus domínios: o ser humano. Tinha início então a mudança da paisagem, provocada pela ação antropogênica, bem como o estabelecimento de atividades rotineiras nos grupos humanos, o que gera vestígios que favorecem estudar o comportamento das sociedades que ali floresceram (Denevan, 1980). Assim, a mítica concepção de que algumas áreas do planeta são intocadas ou intocáveis pelo ser humano, o que desconsidera a existência e a relação das sociedades humanas primevas com a natureza e seus recursos, se despe de sentido (Diegues, 2008). Assim, mesmo que compreendamos que nos milênios que sucederam a chegada dos europeus as populações eram menores, os processos adaptativos – do homem com os ecossistemas e destes com o ser humano – estavam se desenvolvendo em equilíbrio de forças (Meggers, 1987).

Para além de apenas existir, os povos da Amazônia constituíram a Cultura da Selva Tropical (Souza, 2015), baseada na convivência entre sociedades distintas, com diferentes níveis de organização social e política, mas com a associação em torno de elementos econômicos, sobretudo na produção intensiva de tubérculos e a exploração de recursos oriundos da pesca e da caça. Em Magalhães (2016), percebe-se que havia consciência no uso de material propagativo de espécies nativas para alimentação, bem como em ações de antropização das áreas ocupadas. Pensando-se em conceitos modernos, como colonização e ocupação, onde culturas heterogêneas se postam uma diante da outra, a Cultura da Selva Tropical é indício da circulação dos povos em diferentes ecossistemas, contributo ao desenvolvimento de atividades sociais e econômicas diversas, com reflexo no surgimento de sociedades posteriormente estabelecidas.

Os fatos acima narrados são datados desde cerca de 12.000 AP² (Neves, 2022), 10.000 AP (Souza, 2015, 2019), 9.000 AP (Magalhães, 2016), entre 8.000 e 10.000 AP (Roosevelt, 1992). Desta forma, errôneo se apresenta considerar que a região amazônica era um imenso vazio demográfico, desabitado e sem a presença de grupos humanos organizados e produtores de elementos baseados na capacidade intelectual. O estigma da imagem projetada dos povos indígenas amazônicos, como seres no limite da condição humana, incapazes de integrar, interagir e cooperar com a sociedade considerada civilizada, foi alimentado por muito tempo (Gomes, 1988).

Há na perspectiva da crônica colonizadora que a chegada em terras que desconhecia, representava ter a primazia sobre o novo território. Isso incluía não apenas a posse dos recursos, mas também a supremacia moral, intelectual e espiritual sobre os povos ali anteriormente estabelecidos. Ao aportarem nas atuais américas, o comportamento dos invasores europeus não foi diferente, promovendo, de norte a sul, sistemático ataque aos humanos naturais da região, dizimando populações, apagando conhecimentos e estruturas culturais e sociais.

O desaparecimento de sociedades complexas, incluindo povos indígenas, como entende Carneiro da Cunha (1992), é relativizado como um simulacro histórico descrito como encontro. Nesse *acidental* esbarrão migratório, sociedades do que se convencionou chamar Antigo e Novo Mundo, são postas como

² Antes do Presente, onde o presente é considerado o ano de 1950.

protagonistas em um episódio claramente assimétrico, díspar em aspectos culturais, mas principalmente na (in)compreensão eurocêntrica de alteridade.

Pela complexidade de se estabelecer cálculos precisos, a população estimada para as américas em 1492 tem números discrepantes. Para a América do Sul, Dobyns (1966) estima entre 9.000.000 e 11.000.000 de habitantes, Kroeber (1934) 4.200.000 e Rosenblat (1945), em cerca de 6.785.000. No ano de 1500, oficialmente os navegadores portugueses chegam à costa do atual território brasileiro. Quando da invasão, os habitantes nativos somavam 1.000.000, segundo Rosenblat (1945), já Steward (1949) estimou esse número em 1.100.000. Ribeiro (2013) faz uso de alguns dados estatísticos recentes para projetar o número de indígenas no Brasil em 1500. A autora considera não a evolução populacional, mas a depopulação. Seguindo o exemplo de México e Peru antigos, em que a taxa decrescente da população nativa foi de 20 para 1 – onde havia 20 habitantes agora há apenas 1 –, e considerando a população indígena em 1980, estimada em 227.800 indivíduos, em 1500 teríamos 4.556.000 habitantes (Ribeiro, 2013). Essa população estava distribuída em cerca de 1.400 grupos tribais, como aponta o estudo *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*, do etnógrafo Curt Nimuendajú (1981).

Para a população amazônica, a diferença no quantitativo de habitantes também apresenta números distintos. Denevan (1980) estima que no ano de 1500 viviam cerca de 5.000.000 de pessoas na região. Estudos arqueológicos recentes, que apontam a domesticação do arroz selvagem amazônico em cerca de 4.000 AP, sugerem que a população indígena na Amazônia, antes da chegada dos europeus, atingiu entre 8 e 20 milhões de habitantes (Hilbert *et al.*, 2017; Koch *et al.*, 2019).

3 EXPEDIÇÕES EUROPEIAS, CARTOGRAFIA E OLHARES SOBRE OS TESOUROS DA FLORESTA

Vendo o Capitão que não se queriam render, que nos tinham feito dano e ferido alguns dos nossos companheiros, mandou pôr fogo nas casas onde estavam os índios, que assim sairão delas, fugindo, dando lugar a que se recolhesse a comida que nessa aldeia, louvado Nosso Senhor, não faltou, pois havia muitas tartarugas, muitos perús e papagaios, e uma grande fartura, pois de pão e milho nem se fala (Carvajal, 1941).

As relações homem/natureza na região da floresta amazônica foram modificadas de maneira abrupta no princípio do século XVI. No período compreendido entre 1500 e 1840, a região passa por um período de reconhecimento e ocupação territorial, desencadeado pela chegada e estabelecimento dos primeiros europeus no continente sul americano (Salati; Oliveira, 1987). Para Pizarro (2005) a investida europeia na Amazônia se deu movida por um vigoroso apelo discursivo, propagado primeiramente pelos *descobridores*, seguidos dos que se fixaram na região e, por último, pelos viajantes que empreenderam excursões com motivação científica.

De acordo com Silva e Silva (2009), descobrimento historicamente é utilizado para descrever a chegada dos europeus às terras americanas. Seu uso, sobretudo no Século XX, recebeu críticas principalmente por romantizar a chegada do europeu e seu encontro com os povos que habitavam essas terras, que pressupõe esse evento como harmonioso e equilibrado, ao contrário do que os exemplos históricos demonstram. Na perspectiva espanhola, a chegada no novo mundo é vista como conquista, em uma tentativa de amenizar a violência cometida contra as sociedades autóctones, transformando invasores em agentes de uma cruzada civilizatória (Mignolo, 2020).

Descobrir supõe assomar-se a terras desocupadas, o que não se aplica no caso da chegada europeia a América. Até porque não havia América antes da sua invenção na historiografia ocidental. Existiam sim inúmeros grupos humanos que a ocupavam, do extremo norte ao sul, com características culturais distintas, assim como era distinta sua forma de organização (O’Gorman, 1992; Bernand; Gruzinski, 1996). Trata-se, portanto, de olhar o discurso construído em face de descobrimento ou conquista, como uma brutal e orquestrada invasão de paragens que não mais estavam desabitadas, pois já se deslocara para cá o humano, de origem suposta do continente asiático e com milhares de anos de antecedência sobre a autointitulada *humanidade civilizada* (Fuentes, 1992; Souza, 2015, 2019; Neves, 2022). A aventura *conquistadora* e seus efeitos no imaginário europeu também incluem, e com relevância, como entende Pizarro (2005), a assimilação enquanto projeção discursiva e fantástica da região Amazônica, como veremos a seguir.

Alguns meses antes de Cabral chegar ao Brasil, o espanhol Vicente Yanez Pinzon aportou em terras do novo mundo, provavelmente no atual estado de Pernambuco, rumando depois para a foz do Rio Amazonas, a quem chamou de

Santa Maria de la Mar Dulce (Hemming, 1978). Nessa viagem, como descrevem Herrera y Tordesillas (1601) e Loureiro (2002), Pinzon tem contato com os habitantes da Ilha do Marajó, e, apesar de ser recepcionado com cordialidade, aprisiona alguns indígenas e os leva para a Europa, para serem comercializados como escravo. Esse encontro registra o “[...] primeiro choque cultural e o primeiro ato de violência contra os povos da Amazônia” (Loureiro, 2002, p. 108).

No ano de 1541, outra expedição espanhola adentra os limites da imensidão verde da floresta. Gonzalo Pizarro, então governador da Província de Quito, e o explorador Francisco de Orellana, partem em busca do país de la Canela e do El Dorado (Cúneo-Vidal, 1927). Junto dessa viagem exploratória, segue como cronista o frei Gaspar de Carvajal (1504-1584), que relata os acontecimentos presenciados durante o percurso, desde Quito até a foz do Rio Amazonas, com ênfase no ocorrido após a separação de Pizarro e Orellana (Carvajal, 1941). Os fatos relatados estão pautados na busca de riquezas, desde a canela até o principal produto ambicionado pelos europeus: o ouro.

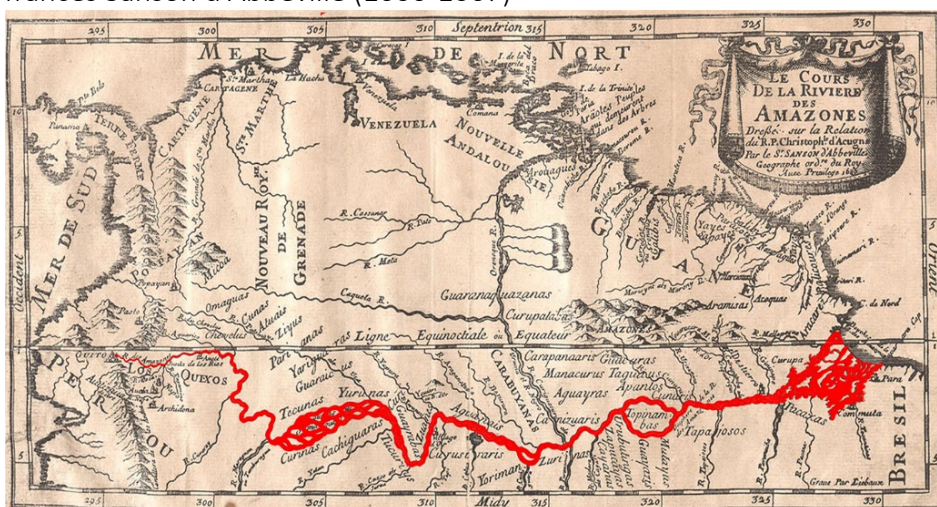
Estas narrativas deixam claro que o que se trata como descobrimento, é, na verdade, a ânsia de se apropriar das riquezas ocultas nas profundezas dessa terra, tratada pelo invasor como inexplorada e mal aproveitada pelos habitantes originários. Em várias partes do relato de Carvajal, está descrito o encontro com índios, que é como o cronista se refere aos habitantes dos diversos povoadamentos encontrados à margem dos rios. Em sua grande maioria, esses contatos são motivo de conflitos entre os forasteiros e os povos radicados na região. Firmes de que a busca por comida legitimava suas ações, os espanhóis invadiam aldeias, expulsavam os indígenas e tomavam para si os mantimentos destes. Quando havia resistência que ameaçasse a vida de seus soldados, Orellana ordenava que se incendiasse as casas (Carvajal, 1941).

Em 1637 é a vez de um português aventurar-se nas águas do Rio das Amazonas e mergulhar no incrível mundo fantástico da densa selva tropical. Pedro Teixeira, então Capitão-Mor do Grão-Pará, partiu de Belém com a incumbência de realizar um reconhecimento de maneira minuciosa dos rios no trajeto até Quito, no Peru. Um ano depois, Pedro Teixeira chegou a seu destino, sendo recebido com entusiasmo por emissários da autoridade da Real Audiência de Quito (Souza, 2019). Cerca de um ano depois, Teixeira retorna em direção à

Belém, acompanhado pelos padres Cristóbal de Acuña e André de Artieda. O primeiro relata os fatos presenciados na viagem, tornando-se cronista desta parte da expedição.

Acuña (1941) exalta as riquezas que se abrigam nas margens do Rio das Amazonas, de onde provinha o sustento das populações ribeirinhas que nele se abastecem, com abundância de caça, pesca, aves e frutas. E, com o olhar que prevalece no espírito dos colonizadores, não se furta em mencionar os vastos recursos minerais encerrados no solo da floresta, que inclui ouro e pedras preciosas, depósito do “imenso Tesouro que a Magestade de Deus tem guardado para enriquecer com ele a do nosso grande Rei e senhor Felipe Quarto” (Acuña, 1941, p. 197). Seu relato foi utilizado por Sanson d'Abbeville, em 1680, para traçar o curso do Rio das Amazonas (Figura 1).

Figura 1 – O curso do Rio das Amazonas, elaborado pelo cartógrafo francês Sanson d'Abbeville (1600-1667)



Fonte: Nicolas Sanson – Library of congress (2023) – adaptado pelo autor.

Um aparte aqui se faz importante, afim de que se entenda o caminho percorrido pelos europeus até a navegação pelas águas do Rio das Amazonas. Oficialmente, coube a Cristóvão Colombo³ a primazia de atracar em terras desconhecidas à oeste da Europa, no ano de 1492, mais precisamente no dia 12

³ Cristóvão Colombo (1451-1506) navegador nascido em Gênova (Márquez, 1985).

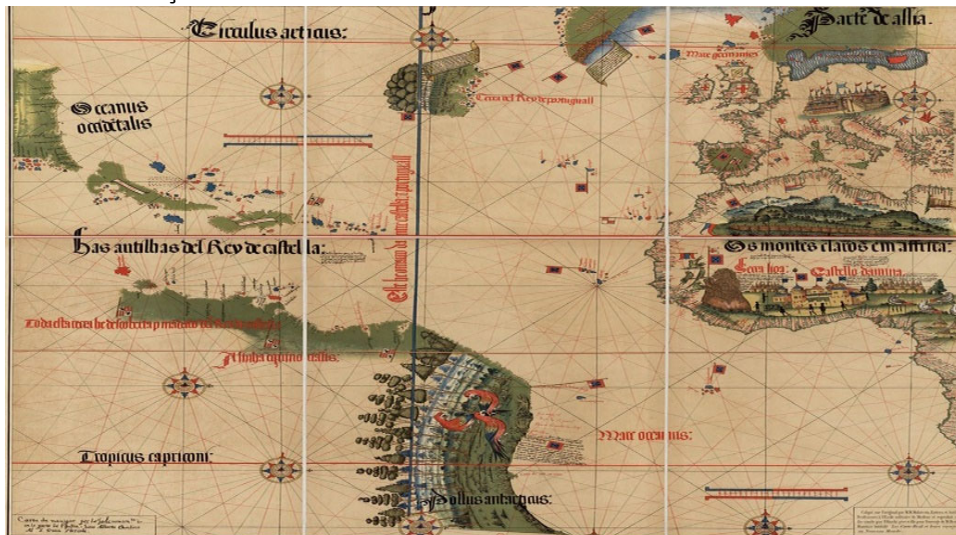
de outubro. Colombo estava crente que havia chegado à Ásia navegando pelo ocidente⁴, inaugurando assim a tão ansiada rota marítima da seda. Patrocinado pelos *Reyes Católicos* da Espanha – Isabel de Castela e Fernando de Aragão – lhe é outorgado por contrato, em caso de descobrir novas terras, o título de almirante do mar, governador das novas posses territoriais e a décima parte de tudo o que conquistar como riqueza (Márquez, 1985). Colombo retornou à Europa em março de 1493, levando junto com as notícias do *descobrimento*, a descrição da fauna, da flora, da paisagem e alguns indígenas, com a intenção de que aprendessem o espanhol para servir de intérpretes nas futuras viagens, e como prova do contato com esses povos tão distintos e exóticos (Las Casas, 1986).

Sabedores de que os portugueses tinham interesse em seguir a direção apontada por Colombo, os Reis Católicos recorreram a igreja, na figura do Papa Alexandre VI⁵, que emitiu ainda em 1493 uma série de quatro Bulas Papais, documentos que asseguravam aos espanhóis a posse de qualquer território *descoberto* ou que viesse a ser descoberto, a partir de 100 léguas (aproximadamente 478 km) a oeste de Cabo Verde e Açores, desde que não fosse o proprietário, cristão (Marquéz, 1985). Descontentes com a decisão do Papa, os portugueses, com Dom João II à frente, iniciam uma longa negociação com os espanhóis, visando modificar o limite estabelecido para navegação. Em 7 de junho de 1494, finalmente é assinado o Tratado de Tordesilhas, que estabelece os limites exploráveis por Espanha e Portugal: as áreas localizadas até 370 léguas a oeste de Cabo Verde e Açores seriam de domínio português (Figura 2). Além desse limite, o mundo era espanhol (Bown, 2013). E, curiosamente, antes mesmo de ser *descoberto*, o Brasil, pode-se dizer, já estava no mapa.

⁴ Em seus diários de viagem, Colombo busca encontrar Cipango, como era conhecido o atual Japão. Mesmo tendo feito quatro viagens até a América, em seus escritos, o navegador continua certo de que chegou até o continente asiático, encontrando as Índias, tendo inclusive morrido com essa convicção, sem se dar conta, ou pelo menos deixar transparecer, que havia feito contato com sociedades autóctones de um novo continente, ou *mundo* (Dussel, 1993; Colombo, 1987; Todorov, 2007).

⁵ Rodrigo Lenzuol Borja, espanhol de Játiba (Valença), adotou o nome de Alexandre VI em seu papado, que ocorreu entre 1492 e 1503 (Reinhardt, 2013).

Figura 2 – Fragmento do Planisfério de Cantino⁶, de autoria desconhecida com a indicação do Tratado de Tordesilhas



Fonte: Alberto Cantino – *Biblioteca Nacional Digital* (2023).

Fato é que, desde que se espalhou a notícia do descobrimento da nova terra pelos navegadores lusitanos, outras nações intentaram se instalar e apropriar-se das prováveis reservas de recursos que aqui haveriam de existir. Além dos espanhóis, como exemplificado com Pinzon e Orellana, também franceses, holandeses e ingleses aportaram nessas paragens. Entre idas e vindas desde 1504, traçando rotas de norte ao sul do litoral brasileiro, em 1612, os franceses Daniel de la Touche e François de Razily, com uma frota de três navios, aportam no Maranhão, na atual ilha de São Luiz (Puntoni, 1992). Tal investida pretende estabelecer nas terras equatoriais a França Equinocial. Antes disso, em 10 de novembro de 1555, Nicolas Durand de Villegaignon desembarca com alguns homens em uma ilhota na Guanabara intentando criar aqui uma colônia nomeada de França Antártica. A empreitada durou até 1560, quando os portugueses expulsaram os franceses (Holanda; Pantaleão, 2007).

No ano de 1599, outro país europeu intenta estabelecer uma colônia na Amazônia. Os holandeses navegam pelo Amazonas, atingindo o rio Xingu, e em

⁶ Alberto Cantino, representante do Duque de Ferrara, Ercole D'Este, adquiriu o mapa em Lisboa (Vindt, 1998).

suas margens estabelecem as fortificações chamadas de Orange e Nassau. Após se instalarem na região, iniciam o cultivo de cana-de-açúcar e tabaco. A relação com os indígenas que ali habitavam foi pacífica, tendo os holandeses permanecido na região até 1625, quando tropas portuguesas os expulsam e tomam sob seu controle os fortes por eles construídos (Souza, 2019).

De acordo com Moraes (2011), no século XVII, os ingleses, seguindo a sanha de outros europeus, também circularam pelas terras do novo mundo, estabelecendo-se no delta amazônico, aparentemente sem ambicionar estender seus domínios territoriais nestas bandas. Bagú (1949), indica a presença dos ingleses em terras da América do Sul mantida com financiamento de comerciantes britânicos, inclusive de traficantes de humanos escravizados, oriundos do continente africano. Assim, de acordo com o autor, as tropas mantidas tinham função de defender as embarcações, sem a intenção de fomentar ataques que desencadeassem conflitos, o que poderia atrapalhar suas atividades mercantis.

No primeiro período histórico da invasão amazônica pelos europeus, é perceptível que a busca por riquezas e especiarias alimentou a coragem e determinação dos ditos exploradores. O sonho do El Dorado, o reino das Amazonas, as cidades de ouro perdidas na selva, o país da canela. Esses são alguns dos fantásticos contos motivadores de aventureiros. Nessa fase, as consequências negativas para o equilíbrio ecológico, que pudesse ameaçar espécies tanto da flora quanto da fauna, foram de certa maneira, exíguas, graças a ainda insipiente presença de habitantes de origem europeia na área, bem como pelas limitações tecnológicas da época (Salati; Oliveira, 1987). Os desmatamentos eram localizados de maneira dispersa e isolada, às margens das principais vias de navegação, em pequenas áreas, onde posteriormente surgiam pequenos núcleos populacionais, como é o caso de Belém, no Pará (Figura 3), que concentrava as atividades de derrubada da floresta nas suas proximidades (Prates; Bacha, 2011).

Figura 3 – Curso do rio Amazonas, com detalhe para a futura capital do Pará, Belém (1720)

página a ser escrita no Gênese, onde “entre as magias daqueles cenários vivos, há um ator agonizante, o homem” (Cunha, 2000, p. 347).

4 E FEZ-SE A BORRACHA

O drama da borracha brasileira é mais assunto de novela romanesca que de história econômica (Prado Júnior, 1981).

No Século XVIII, outro produto recebe a atenção dos europeus, que àquela altura já transitavam com desenvoltura pelas terras ameríndias, marcando presença aqui não só aventureiros exploradores, militares ou religiosos. Cientistas também faziam suas expedições, interessados em novas descobertas para apresentar ao continente europeu. Nessa busca, a borracha é vista primeiro como curiosidade, depois como matéria prima com potencial para a indústria (Dean, 1989). Conhecida desde muito antes da chegada dos invasores europeus, a borracha era utilizada desde o Golfo do México até as densas selvas da América do Sul, no fabrico de objetos recreativos, em cerimônias religiosas e na confecção de utensílios para uso pessoal (Tully, 2011).

No ano de 1744, o cientista francês Charles Marie de La Condamine (1701-1774), parte em expedição do Peru até o porto de Belém. Na viagem, observa o povo Omágua, que utiliza uma resina para produzir pequenas esferas ocas e um tipo rudimentar de seringa flexível, que usam para colocar água (La Condamine, 2000). Em 1745, La Condamine relata sua expedição na Academia de Ciências de Paris, quando descreve sua *descoberta* (Chevalier, 1936). Trata-se da seiva da *Hevea brasiliensis*, chamada de caucho pelos indígenas da Amazônia.

Dean (1989) pontua que durante quase trezentos anos a borracha foi vista unicamente com curiosidade nas terras dos ditos conquistadores. O próprio Cristóvão Colombo já presenciara a utilização da borracha pelos indígenas da Mesoamérica. Em 1839, com a utilização de enxofre e calor para tratamento da seiva, foi possível estender a duração de suas propriedades elásticas, o que potencializou a utilização e aumentou a busca por outras espécies vegetais que também fornecem o látex para o fabrico da borracha (Dean, 1989).

A novidade que ampliou as aplicações de uso da borracha é atribuída a Charles Goodyear, trabalhando em seu laboratório improvisado nos Estados

Unidos, e a Thomas Hancock, na Inglaterra, sendo patenteada por ambos entre 1839 e 1842 (Tully, 2011; Costa *et al.*, 2003; Galeano, 2004). Com presença cada vez maior na produção industrial no Século XIX, para consumo doméstico, hospitalar, indústria bélica e na aplicação em pneumáticos, a demanda pela borracha torna sua exploração uma grande oportunidade comercial, com abrangência internacional (Prado; Capelato, 2006).

Entre meados do Século XIX e a primeira década dos anos 1900, a exploração da borracha da Amazônia brasileira experimentou um crescimento vertiginoso, sendo responsável por cerca de um quarto do volume de exportações do Brasil (Souza, 2019; Salati; Oliveira, 1987). Já nessa época, alimentava-se a ideia da inesgotabilidade dos recursos naturais da Amazônia. Com preços no mercado internacional em alta, a certeza de exploração com expansão infundável e melhor qualidade do produto, mesmo considerando possíveis perdas de seringais, o futuro econômico da região era tido com garantido (Prado; Capelato, 2006).

Todavia, alguns acontecimentos, comprovados ou não, levaram à derrocada deste glorioso ciclo econômico da borracha brasileira. Dean (1989) descreve que os primórdios da perda brasileira da hegemonia mundial na produção de borracha se iniciam no ano de 1876, quando o inglês Henry Wickham, residente em Santarém-PA, *contrabandeia* cerca de 70.000 sementes de seringueira (*Hevea brasiliensis*) para o Jardim Botânico de Kew, em Londres, que depois de germinadas, são enviadas às colônias inglesas na Ásia.

Por seu turno, Santos (1980), avalia que, mesmo com o fato de as sementes de *Hevea* supostamente terem saído de maneira ilegal do país, persistia a impressão errônea de que os seringais naturais da Amazônia continuariam produzindo para manter o Brasil como maior produtor mundial. Os cultivos asiáticos eram considerados pequenos ante a imensidão da região amazônica. Aparentemente, passava despercebido o fato de que um hectare de floresta abrigava 1,5 plantas de seringueira, ao passo que em área cultivadas esse número subia para 200 plantas (Santos, 1980).

No princípio de 1910, como relata Weinstein (1993), o preço da borracha no mercado internacional atingiu seu maior valor, causando alvoroço na sanha capitalista mundial. Em quatro meses, o valor do quilograma de borracha quase dobrou, sendo comercializado por cerca de 3 dólares. A criação de companhias

voltadas ao negócio da borracha irrompe. Em maio do mesmo ano, os preços cessam sua alta, algo considerado normal pelo mercado. Aí tem início a queda. O valor da borracha recua, chegando a cerca de 1,20 dólares em dezembro (Weinstein, 1993).

Há consenso entre alguns autores para o fato de que para além da *exportação* das sementes de *hevea*, a atividade extrativista da borracha silvestre no Brasil não parecia demonstrar preocupação com a entrada no mercado da borracha produzida em cultivos, que contava com mão-de-obra abundante e logística menos complexa, o que impactava nos custos de produção (Weinstein, 1993; Santos, 1980; Dean, 1989; Prado; Capelato, 2006). Chegava ao fim o primeiro ciclo econômico da borracha no Brasil.

Em julho de 1925, um almoço em Deaborn, no estado do Michigan, principiou mais uma corrida pela borracha brasileira. Henry Ford ouviu de Harvey Firestone que Winston Churchill, futuro primeiro-ministro britânico, propunha a formação de um cartel que controlasse os preços da borracha no mercado internacional (Grandin, 2010). Tal proposta desagradava os norte-americanos, importadores do material das colônias inglesas, francesas e holandesas do sudeste asiático. A demanda de Ford por borracha era grande, que a utilizada em seus carros. Dean (1989), descreve que Ford considerava atingir a autossuficiência na montagem de seus veículos, e, para isso, era necessário montar sua própria fábrica de pneus.

Ford toma a decisão de buscar a borracha em sua origem: na Amazônia. No vale do rio Tapajós, distante mil quilômetros de Belém e 160 km de Santarém, no estado do Pará, surge Fordlândia. O núcleo urbano construído no meio da floresta logo se torna a terceira maior cidade da Amazônia, com água encanada, energia elétrica, hospital e cinema (Dean, 1989). A concessão de 1.456.200 de hectares de terra na Amazônia paraense à Companhia Industrial Ford do Brasil, por parte do governo estadual do Pará, abre caminho para a instalação do projeto alardeado como gigantesco por Henry Ford (Costa, 1981).

Como a intenção não seria extrair o látex de seringueiras silvestres, mas sim implantar 200.000 hectares de seringueiras cultivadas, a floresta deveria tombar. Os engenheiros da Companhia Ford definiram como plano para o cultivo das seringueiras a derrubada de 21.000 hectares de floresta até o ano de 1935 (Costa,

1981). A chamada *limpeza*, como descreve Damasceno Neto (2019), começava com o corte da vegetação nativa por parte dos trabalhadores contratados pela Ford, que precedia queimadas descomunais (Figura 4).

Figura 4 – Árvores queimando à noite em Fordlândia (1929)



Fonte: Einar Oxholm – Collections of The Henry Ford (2023).

A Companhia Industrial Ford do Brasil via na exploração da madeira encontrada nas áreas desmatadas a oportunidade de compensar, mesmo que parcialmente, os custos da implantação dos plantios da *Hevea*. Mas, como explica Dean (1989), o custo de transporte, tanto dos equipamentos para serraria como do envio do material extraído e as dificuldades dos trabalhadores em cortar a madeira, pela sua dureza, frustraram os planos da companhia.

A desistência da companhia em manter a produção em Fordlândia, e a implantação de cultivos em uma nova concessão, Belterra, também na margem direita do Tapajós, no estado do Pará, está relacionado à dificuldade de cultivar as seringueiras pela topografia do terreno, o solo inapropriado, a ausência de profissionais especializados na cultura, o aparecimento do mal-das-folhas, uma

doença fúngica que comprometia a produção dos seringais, além da relação conturbada com os trabalhadores, que protestavam contra a alimentação servida. A insurreição ficou conhecida como a Revolta de Quebra Panela (Costa, 1981; Dean, 1989; Grandin, 2009; Damasceno Neto, 2019).

Era o prenúncio da derrocada em curso do que Dean (1989) descreve como a única iniciativa significativa de cultivo da seringueira no Brasil, com grandeza equivalente em tamanho e incertezas. Interrogações estas que afligiam não somente a verde vastidão tropical amazônica, mas um mundo em transição pós-guerra mundial, em crise econômica e já respirando novamente o odor de um novo conflito bélico de proporções globais. Antes de 1945, ano em que Ford devolve oficialmente a concessão ao governo brasileiro sem ter visitado a região uma vez sequer, outras batalhas foram travadas (Grandin, 2009). Pela borracha amazônica, inclusive.

Os anos 1930 chegam ao fim com parte do mundo em conflito. Outra vez a Europa se vê imersa em um cenário de confrontos, que opõem as grandes potências da época. O que principiou como uma contenda europeia, se transforma em conflito global nos primórdios dos anos 1940. Logo a guerra envolvia Europa, Américas, África e Ásia, transformando as relações e a geopolítica internacionais.

Em um mundo em crise, com a América Latina sofrendo as consequências econômicas da drástica diminuição das importações de produtos agrícolas pelos países europeus, surge o segundo ciclo da borracha na Amazônia Brasileira (Garfield, 2009). A tentativa de fazer ressurgir a importância da borracha amazônica no mercado internacional, entretanto, não foi uma iniciativa exclusiva do governo brasileiro. Com os estoques de borracha em baixa, insuficientes para alimentar a máquina de guerra estadunidense e manter seu poderio bélico, o governo dos Estados Unidos cria, no ano de 1940, a *Rubber Reserve Company*, delegando ao órgão a missão de comprar borracha, contando para isso com um aporte financeiro de US\$ 140 milhões (Secreto, 2011).

Antecipando dificuldades no fornecimento de borracha oriundas das colônias britânicas, holandesas e francesas do sudeste asiático, o *United States Department of Agriculture* (USDA), ou Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, concentra seus esforços em ampliar a produção de borracha nas Américas Central e do Sul (Dean, 1989). Em outubro de 1940, Elmer Brandes, patologista

chefe do *Special Rubber Project of the Bureau of Plant Industry*, assina um acordo com o Ministério da Agricultura brasileiro, criando uma comissão de técnicos dos dois países responsáveis por implantar e manter um viveiro experimental em Belém-PA, em área do Instituto Agrônômico do Norte (IAN), para produzir mudas de *Hevea* resistentes ao mal-das-folhas. O acordo estabelecia um investimento de US\$ 500.000 por parte do governo estadunidense para subsidiar a pesquisa e as despesas no viveiro (Garfield, 2013; Dean, 1989).

Pouco mais de um ano da assinatura do acordo, em 7 de dezembro de 1941, os Estados Unidos entraram na guerra. O plano de ter plantas resistentes ao mal-das-folhas, projetado para ser atingido em um prazo mais dilatado, simplesmente deixa de fazer sentido. A necessidade de borracha é urgente. Os seringais nativos da Amazônia, estimados em 200 milhões de plantas de seringueiras, que presumia-se produzir até 667.000 toneladas por ano, são vistos como a solução para os problemas da falta de borracha (Dean, 1989). Em 3 de março de 1942, o Brasil firma compromisso com duração de cinco anos, em que se obriga a fornecer com exclusividade para os Estados Unidos a borracha produzida e que não fosse utilizada no mercado interno (Fonseca, 1950; Dean, 1989).

Durante cinco anos, entre 1942 e 1947, na vigência dos acordos assinados entre Brasil e Estados Unidos, mesmo que a quantidade produzida e exportada tenha sido muito aquém do que imaginavam brasileiros e estadunidenses, os preços estáveis estavam garantidos (Conjuntura Econômica, 1949). Em 1939, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores (1940), o Brasil produziu cerca de 16.000 toneladas de borracha, e dessas, 3.500 foram utilizadas pela indústria nacional. O restante, 11.861 toneladas, foram exportadas. Em 1943, já com o aporte dos dólares estadunidenses e com a mobilização do governo brasileiro, a produção dobrou, chegando a 32.000 toneladas, com as exportações demandando 14.575 toneladas (Brasil, 1944). No total, entre 1942 e 1945, o Brasil exportou 59.440 toneladas de borracha para os Estados Unidos, bem longe da expectativa de consumo da indústria estadunidense no período, que era pouco mais de 855.000 toneladas (Fonseca, 1950; Brasil, 1944).

Em 1945, ano em que a Segunda Guerra Mundial chega ao fim, os Estados Unidos, até então maior importador mundial de borracha, se tornam o maior exportador, graças às reservas de borracha natural e do resultado do investimento

em pesquisa da borracha sintética, o que regulou seus estoques. Nesse ano, os Estados Unidos produziram 833.477 toneladas de borracha sintética (Fonseca, 1950). Apesar da expansão da indústria nacional, que absorvia quase a metade da produção já em 1946, mais um ciclo produtivo da borracha nativa no Brasil se encerra (Dean, 1989).

4.1 Nordestinos na Amazônia: A seca como fator migratório

A exploração da borracha implicou em fluxos migratórios de novos trabalhadores para a região amazônica. Nos primeiros anos de extração comercial a mão-de-obra era formada, de maneira ínfima, por escravizados, sobretudo pelas rebeliões que ocorriam desde 1830, e pela Amazônia estar fora da rota habitual de mercadores de humanos escravizados (Dean, 1989; Weinstein, 1993). A maior parte da força de trabalho era formado por indígenas escravizados, retirados brutalmente das aldeias, inclusive de povos do Peru e Bolívia, situação que perdurou até meados de 1877, quando migrantes oriundos da região nordeste foram recrutados para o trabalho nos seringais (Veríssimo, 1892; Santos, 1980; Dean, 1989; Weinstein, 1993).

Entre 1877 e 1879 a região nordeste do Brasil foi assolada por uma grande seca, causadora de grande fome e mortalidade da população local, sobretudo no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (Balán, 1974). Fugindo das imensas dificuldades e privações, e atraídos pela possibilidade de emprego na agricultura ou na construção de obras públicas, migrantes, ou seriam retirantes nordestinos, partiram em busca de trabalho, e mais que isso, em busca de sobrevivência. Na Amazônia, diante da pouca disponibilidade de empregos, veem-se obrigados a se ocupar com a extração da borracha nos seringais (Barboza, 2015).

Furtado (2000) estima que entre os anos 1877 e 1900, cerca de 260.000 nordestinos tenham migrado para os estados da região amazônica. Admitindo que as estatísticas da época não apresentam grande confiabilidade, Benchimol (1965) aponta, que no mesmo período, o número de migrantes nordestinos na Amazônia era por volta de 158.000.

A emigração dos flagelados pela seca suscitou diferentes posicionamentos. Na imprensa, as opiniões críticas sobre a emigração se alinhavam, mas por motivos diferentes. O jornal *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, em seu editorial do dia 29 de

abril de 1878, criticou a iniciativa do governo imperial em deslocar milhares de nordestinos até a corte. Na perspectiva do jornal, corria-se o risco de criar uma nova classe privilegiada, mantida com dinheiro público e vivendo em melhores condições que trabalhadores com empregos menos nobres. Em 27 de julho de 1877, *O Retirante*, autodenominado *Orgão das Vítimas da Seca*, argumentou que a emigração teria como efeito maléfico o despovoamento da região, o que implicava em entraves para seu desenvolvimento.

A movimentação de trabalhadores nesse período, fez com que centros urbanos, Manaus e Belém principalmente, se desenvolvessem rapidamente, convertendo-se em movimentados centros comerciais, o que incluía a importação e exportação de produtos, e que coincidiu também com o início da navegação com barcos a vapor e a construção de ferrovias (Salati; Oliveira, 1987). À medida que o povoamento ao longo dos rios se expandia, também aumentava o desmatamento de áreas de floresta e deterioração ambiental, que impactaram severamente a flora e a fauna dessas regiões (Prates; Bacha, 2011; Meggers, 1987).

Figura 5 – Manaós-AM (1909)



Fonte: Huebner & Amaral (2023).

Fato é que a economia da borracha, combinada com eventos climáticos e a busca por melhores condições de vida, favoreceu o aumento da população na

Amazônia. No censo realizado pelo IBGE em 1872, a população da região, então formada pelas províncias do Amazonas e Pará, era de 332.847 habitantes. Em 1890, outro levantamento censitário mostrou a evolução populacional da região, que no momento contava com 476.370 habitantes. Esse número aumentou para 1.217.024 de habitantes em 1910, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil* de 1912. A década de 1910 marca o declínio econômico da borracha no Brasil. Reflexo disso é que a população da região pouco cresceu, chegando a 1.439.052 em 1920 (IBGE, 1986).

4.2 Migrantes ou soldados?

A marcha para Oeste se realiza por muitas formas e feitios: pelas entradas, pelas migrações, pela expansão agropastoril, pela catequese, mas o seu processo original, característico, tipicamente nosso é o da 'bandeira' que abrange todos os outros sem se confundir com eles
(Cassiano Ricardo, 1970).

Em 10 de novembro de 1937, comandado por Getúlio Dorneles Vargas (1882-1954) e sob a égide do exército brasileiro, é instaurado o Estado Novo, nos moldes de um regime autoritário e nacionalista, que buscava refundar o Brasil, tendo como um dos pilares a Marcha para Oeste, numa tentativa de *recolonização* do país (Gomes, 1982; Tota, 1994; Capelato, 2003). Principia, então, ampla mobilização para fazer da Amazônia uma região desenvolvida, que fosse definitivamente *inundada* pela civilização.

As intenções do governo federal são expostas durante o que ficou conhecido como O Discurso do Rio Amazonas, proferido por Vargas no dia 10 de outubro de 1940, em Manaus. Em sua fala, Vargas exalta o potencial da região, que deve ser inserida no grande plano de desenvolvimento nacional. Para isso, se fazia necessário organizar as atividades produtivas, ocupar o grande espaço vazio e direcionar a energia do nordestino nos seringais e dos moradores ribeirinhos para a produção além da subsistência básica (Vargas, 1944).

Consolidar a empreitada colonizadora necessitava de apoio popular. Assim como era importante que a população aprovasse as iniciativas do governo. Com esse objetivo, em 1939 é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O órgão era responsável por orientar e coordenar a propaganda oficial, além de

servir de regulador dos meios de comunicação, atuando como censor do conteúdo produzido e veiculado (Secreto, 2007; Luca, 2011).

Uma ampla campanha de mobilização de trabalhadores para a Amazônia tem início. Em maio de 1940, conforme publicado na Revista de Imigração e Colonização de agosto de 1942, foram destinadas quatro mil passagens de maneira gratuita para trabalhadores nordestinos interessados em trabalhar nos seringais do Amazonas e do Acre. Com o aumento da tensão mundial, alimentada pelo desenrolar de uma guerra com proporções globais que ampliava a demanda por borracha, o Governo Federal cria o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), em 30 de novembro 1942, por meio da Portaria nº 28 da Coordenação de Mobilização Econômica. Era atribuição do SEMTA proceder o recrutamento dos trabalhadores e garantir as condições para sua chegada em segurança aos locais de trabalho (Conselho de Imigração e Colonização, 1943).

Sob a coordenação do DPI, uma maciça cruzada publicitária se inicia. A nação precisava do esforço de todos. Mas alguns deveriam mostrar sua boa vontade no front da borracha. No final do ano de 1942, o SEMTA contrata o artista suíço Jean-Pierre Chabloz (1910-1984), radicado no Rio de Janeiro desde 1940, egresso de uma Europa envolta pela guerra (Moraes, 2012). Chabloz muda-se então, para Fortaleza, onde enceta a criação dos materiais gráficos para a campanha do SEMTA (Figura 6), que consistia em cartazes, folhetos e até a personalização dos caminhões que transportariam os trabalhadores recrutados (Secreto, 2007).

Figura 6 – Cartazes do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia



Fonte: Reis, Siqueira e Freitas (2022).

Dentre as peças produzidas por Chabloz, algumas tinham como apelo uma bucólica paisagem, em que a Amazônia se mostrava farta e pronta a oferecer aos migrantes uma vida próspera, e o melhor, com todo o apoio e proteção do SEMTA, em contraste com a aridez da paisagem nordestina (Secreto, 2007; Moraes, 2012; Guillen, 1997). Mas, além da promessa de dias melhores na Amazônia, a propaganda oficial do governo Vargas chamava também os brasileiros migrantes a cumprir seu papel de bom filho da pátria.

No pensamento de Ferraz (2005), seria mais assertivo considerar que a guerra chegou ao Brasil e não que o Brasil foi a guerra. De qualquer forma, ao renunciar à neutralidade no conflito, era necessário direcionar os esforços da nação para a vitória. Ao referendar os acordos com Washington, a Batalha da Borracha se inicia. Desta maneira, migrar para os seringais da Amazônia, além da oportunidade de uma nova vida, também passa a ser um dever cívico. Mais do que seringueiros migrantes, os bravos trabalhadores são agora soldados. Os Soldados da Borracha (Secreto, 2007; Garfield, 2013; Guillen, 1997).

O mote agora é estabelecer que todo brasileiro tem uma atribuição na defesa da pátria. Chabloz enfatiza isso em um cartaz com a frase “Cada um no seu lugar!”, em que situa onde cada tropa deveria se posicionar: soldados militares na defesa do litoral e os soldados da borracha extraindo látex na floresta amazônica. É consenso entre alguns autores que a mobilização de trabalhadores para a Amazônia ia além dos esforços de guerra. A marcha para o oeste, encampada pelo governo federal, objetiva também inverter o sentido dos deslocamentos migratórios, sobretudo no Nordeste, onde a fuga dos sertões motivada pela seca levava os migrantes para o litoral (Secreto, 2007; Guillen, 1997; Garfield, 2013).

Dean (1989) compara a campanha de recrutamento dos trabalhadores ao alistamento militar, com promessas de salários compensadores, assistência médica e transporte até os locais de trabalho bancado pelo governo. No entanto, salários destinados às famílias que atrasavam ou nem eram pagos, assistência médica concentrada em centros urbanos, a exemplo de Manaus e Belém, e as inapropriadas condições de transporte oferecidas, eram a realidade (Dean, 1989). Ao todo, estima-se que 52.000 migrantes nordestinos, entre trabalhadores e familiares foram mobilizados para o trabalho nos seringais da Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial, dos quais, cerca de 26.000 morreram ou foram dados como desaparecidos (Garfield, 2010).

O final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, praticamente cessou mais um ciclo econômico da borracha amazônica, há tempos já cambaleante. O mercado exterior para a borracha natural brasileira no pós-guerra era totalmente imprevisível, com garantia de venda da produção até 1947 pela chancela dos Acordos de Washington. E mesmo com a industrialização interna em desenvolvimento, que consumia cerca de 45% da produção local, a incerteza quanto à manutenção dos preços praticados durante a guerra e a possibilidade da borracha sintética assumir seu lugar no mercado, geravam dúvidas sobre o futuro da atividade extratora do látex (Dean, 1989).

Fato é que ainda em 1944 o Programa de Migração foi extinto, cessando o deslocamento de novos trabalhadores para a Amazônia (Campos, 2006). Entretanto, nem só de borracha vivia a Amazônia. Essa era a convicção do governo Vargas, que desde a implantação do Estado Novo buscava promover a dispersão da população brasileira de maneira minimamente equitativa sobre o território nacional. Tem início, então, uma cruzada patriótica e nacionalista, dirigida quase em tom de súplica à população, em especial aos trabalhadores rurais: a Marcha para o Oeste (Carvalho, 1941; Ricardo, 1970).

O empenho do governo federal em promover a Marcha para o Oeste intentou comparar a movimentação de migrantes para essas paragens às bandeiras. Aos novos *bandeirantes* estava delegada a missão de expandir a colonização dentro das fronteiras brasileiras, afastando-se do litoral densamente ocupado. Comprovada sua determinação, seriam considerados heróis, assim como foram os espoliados que invadiram a região séculos atrás e com quem o país teria uma dívida de gratidão histórica, por ampliar as fronteiras das terras outrora portuguesas e que agora delineiam os contornos do mapa do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da ocupação humana na Amazônia ocorreu em fases distintas, ao longo de um considerável período de tempo. Assim como em outras regiões do mundo, as migrações de humanos causaram transformações no ambiente e no próprio homem. Caracterizada por uma natureza ao mesmo tempo generosa e hostil, a Amazônia permitiu que florescessem ali sociedades peculiares em sua estrutura organizacional e cultural, que demonstraram ter uma relação de

equilíbrio e respeito com o ambiente que as acolhia. Foi assim que, a época da chegada dos invasores europeus, cerca de 1.400 grupos humanos distintos habitavam esta terra.

A chegada do europeu às terras da América, marcou o início de uma ruptura brutal na forma de exploração dos recursos naturais disponíveis nesses novos territórios. Da mesma forma, opôs o homem. De um lado o *civilizado*, pretensamente superior moral e intelectualmente, e ávido por explorar comercialmente os recursos disponíveis. No outro extremo, posta-se o habitante local, *selvagem*, uma incógnita moral e incapaz de explorar melhor esse *paraíso*. Coube aos cronistas do século XVI e XVII incluir a Amazônia no imaginário fantástico europeu, e, aos ambiciosos *exploradores*, torná-la realidade, ora como o Éden, ora como o inferno.

O que começou como incursões dispersas, tornou-se, com o passar dos anos, sistematicamente em obsessão. Era imperativo (e ainda continua sendo), que se subjugasse essa imensidão verde, que concentrava em si além de mitos e lendas, matéria-prima inesgotável para consolidar um mundo cada vez mais sedento de novidades. A borracha foi um desses recursos, sendo explorada antes como novidade, em seguida como inovação tecnológica e, por fim, como insumo essencial para a vitória em conflitos bélicos. Nessa esteira, nos anos 1940, com a anuência e financiamento do Estado, ocorreu a chamada Marcha para o Oeste, com a intenção de ocupar de maneira intensiva a região amazônica. Esse movimento pode ser entendido como o principiar de uma grande política estatal de colonização do território nacional, cujos reflexos são sentidos até os dias atuais, opondo o humano que já habitava e o que se inseriu posteriormente na Amazônia, como agentes de transformação ambiental.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristobal. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. In: CARVAJAL, Gaspar; ROJAS, Alonso; ACUÑA, Cristobal de. *Descobrimientos do rio das Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

BAGÚ, Sérgio. *Economía de la sociedad colonial*. Ensayo de historia comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.

BALÁN, Jorge (Org). *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo: DIFEL, 1974.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Retirantes cearenses na província do amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 131-155, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70016>

BENCHIMOL, Samuel. *O cearense na Amazônia*: Inquérito Antropogeográfico Sobre um Tipo de Imigrante. Rio de Janeiro: SPVEA, 1965.

BERNARND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *Historia del Nuevo Mundo* del descubrimiento a la Conquista. La experiencia europea, 1492-1550. México: FCE, 1996.

BOWN, Stephen R. *1494*. São Paulo: Globo, 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Brasil 1943 – 1944 Recursos e Possibilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, 1944. Disponível em: <https://archive.org/details/brasrecursos1944mini/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas*: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*: o tempo do Nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. [v. 2]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVAJAL, Gaspar. Descobrimento do rio de Orellana. In: CARVAJAL, Gaspar; ROJAS, Alonso; ACUÑA, Cristobal de. *Descobrimientos do rio das Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, Péricles Mello. “A concretização da “Marcha para o Oeste”. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, 1941.

CHEVALIER, Auguste. Le Deuxième Centenaire de la Découverte du Caoutchouc faite par Charles-Marie de La Condamine. *Revue de botanique appliquée et d'agriculture coloniale*, Lyon, ano 16, bulletin n. 179, p. 519-529, 1936. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/jatba_0370-3681_1936_num_16_179?sectionId=jatba_0370-3681_1936_num_16_179_5642. Acesso em: 10 set. 2022.

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*: as quatro viagens e o testamento. [Série: A Visão do Paraíso, v. I]. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 1943. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=143030&pagfis=3930>. Acesso em: 07 out. 2022.

COSTA, Francisco de Assis. *Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia*: a experiência da Ford Motor Company (1922 – 1945). 1981. 246p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Escola Inter americana de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Belém, 1981. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9834>. Acesso em: 20 set. 2022.

COSTA, Helson M. da; VISCONTE, Leila L. Y.; NUNES, Regina C. R.; FURTADO, Cristina R. G. Aspectos históricos da vulcanização. *Polímeros*, São Carlos, v. 13, n. 2 p. 125-129, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-14282003000200011>

CÚNEO-VIDAL, Rómulo. *Vida del conquistador del Perú, Don Francisco Pizarro*. Barcelona: Casa Editorial Maucci, 1927.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2000.

DAMASCENO NETO, Hermes Marques. *Amazônia, borracha e imigração*: o caso Fordlândia (1925 – 1945). 2019. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/122649>. Acesso em: 22 set. 2022

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DENEVAN, William M. La población aborígen de la Amazonía en 1492. *Amazonía Peruana*, [S. l.], n. 5, p. 3-41, jun. 1980.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec; Nupaub; USP/CEC, 2008.

DOBYNS, Henry F. An appraisal of techniques with a new hemispheric estimate. *Current Anthropology*, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 395-416, sep. 1966.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Tradução: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERRAZ, Francisco César. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

FONSECA, Cássio. *A economia da borracha*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva de Defesa da Borracha, 1950.

FUENTES, Carlos. *El espejo enterrado*. México: FCE, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000.

GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. México DF: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

GARFIELD, Seth. *In Search of Amazon: Brazil, the United States, and the nature of a region*. Durham: Duke University Press, 2013.

GARFIELD, Seth. The environment of wartime migration: labor transfers from the brazilian northeast to the amazon during World War II. *Journal of Social History*, Oxford, v. 43, n. 4, p. 989-1019, 2010.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 19-65, jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882009000100002>

GOMES, Ângela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil. In. OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GRANDIN, Greg. *Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Tradução Nivaldo Montingelli Júnior. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 9, p. 95-102, dez. 1997. DOI: <https://doi.org/10.5380/rsocp.v0i09.39301>

HEMMING, John. *Red Gold: the conquest of the brazilian Indians*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia general de los hechos de los castellanos en las Islas i Tierra Firme del Mar Oceano*. Madrid: Emplenta Real, 1601. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/81458648/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HILBERT, Lautaro; NEVES, Eduardo Góes; PUGLIESE, Francisco; WHITNEY, Bronwen S.; SHOCK, Myrtle; VEASEY, Elizabeth; ZIMPEL, Carlos Augusto; IRIARTE, José. Evidence for mid-Holocene rice domestication in the Americas. *Nature Ecology & Evolution*, [S. l.], v. 1, p. 1693-1698, nov. 2017. DOI: 10.1038/s41559-017-0322-4

HOLANDA, Sérgio Buarque de; PANTALEÃO, Olga. Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*: tomo I – A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 147–175.

IBGE. Amazônia Legal. *IBGE*, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20Legal%20apresenta%20umarecente%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20malha%20municipal>. Acesso em: 25 jan. 2024.

IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. [Séries Estatísticas Retrospectivas, v. 3 – Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985]. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

KOCH, Alexander; BRIERLEY, Chris; MASLIN, Mark M.; LEWIS, Simon L. Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492. *Quaternary Science Reviews*, [S. l.], v. 207, p. 13–36, 1 march 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277379118307261>. Acesso em: 15 set 2022.

KROEBER, Alfred Louis. Native american population. *American Anthropologist*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 1-25, jan./mar. 1934.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Historia de las Indias I*. México: Fondo de Cultura Economica, 1986.

LATHRAP, Donald W. *O Alto Amazonas*. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.

LEPARGNEUR, Hubert. *O Futuro dos índios no Brasil*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Hachette, 1975.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, ago. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>

LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000100014>

MAGALHÃES, Marcos Pereira. Introdução. In: MAGALHÃES, Marcos Pereira (Org). *Amazônia antropogênica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.

MÁRQUEZ, Luis Arranz. Los viajes de Colón. *Cuadernos de historia* 16, Madrid, n. 116, 1985.

MEGGERS, Betty J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Tradução de Maria Yedda Linhares. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. *Rumo à Amazônia, terra da fartura*: Jean-Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. 2012. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) — Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/881982>. Acesso em: 15 set. 2022

MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Vida nova na Amazônia: a cor como elemento de persuasão em cartaz da “Campanha da Borracha” In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548858767_aa72bbe4279282db2540ee9f4631b3af.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

NEVES, Eduardo Góes. *Sob os tempos do equinócio*: oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

PIZARRO, Ana. Imaginario y discurso: la Amazonía. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, [S. l.], ano. 31, n. 61, p. 59, 2005. DOI: <https://doi.org/10.2307/25070260>

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO; Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: BORIS, Fausto (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930)*. [Tomo III, v. 8]. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 601-636, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642342>. Acesso em: 8 set. 2022.

, Pedro. *Guerras do Brasil (1504-1654): ataques e invasões durante o Brasil Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

REINHARDT, Volker. *Alexandre VI: Bórgia: o papa sinistro*. São Paulo: Editora Europa, 2013.

REIS, Auricélia França de Souza; SIQUEIRA, Graciele Karine; FREITAS, Thiago Nogueira de (organizadores). *SEMTA: Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – por Jean-Pierre Chabloz*. Fortaleza: Mauc, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/68494>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RIBEIRO, Berta Gleizer. *Amazônia urgente*. [Coleção biblioteca básica brasileira; 39]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil*. [Volume 2]. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo; Livraria José Olympio Editora, 1970.

ROOSEVELT, Anna. Arqueologia amazônica. In: Manuela Carneiro da Cunha (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROSENBLAT, Ángel. *La población indígena de América desde 1492 hasta la actualidad*. Buenos Aires: Peuser, S. A., 1945. Disponível em: http://siese.org/modulos/biblioteca/r/la_poblacion_indigena_de_america1pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

SALATI, Eneas; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Os problemas decorrentes da ocupação do espaço amazônico. *Pensamiento Iberoamericano: Revista de Economía Política*, Madrid, v.12, p. 79-94, jul./set. 1987.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SECRETO, María Verónica. “Mais Borracha Para A Vitória”. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas. *Estudios Rurales*, Bernal, v. 1, n. 1, p. 79-107, 2011.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “discurso do Rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 40, p. 115-135, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1288>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Márcio. *Amazônia indígena*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

STEWART, Julian H. *Handbook of south american Indians: Volume 5 – The Comparative Ethnology of South American Indians*. Washington: Smithsonian Institution, 1949. Disponível em: <https://repository.si.edu/handle/10088/34601>. Acesso em: 25 set. 2022.

TODOROV, Tzvetan. *La conquista de América: el problema del otro*. México DF: Siglo XXI Editores, 2007.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TULLY, John Andrew. *The devil's milk: a social history of rubber*. New York: Monthly Review Press, 2011.

VARGAS, Getúlio. Discurso do rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2 p. 259-262, abr./jun. 1942. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

VERÍSSIMO, José. *A Amazônia: aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Brasil, 1892.

VINDT, Gérard. *Le planisphère d'Alberto Cantino*: Lisbonne, 1502. Paris: Autrement, 1998.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1993.

Sobre os autores:

Cidiclei Alcione Biavatti: Doutorando em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), mestre em Comunicação e Sociedade pela UFT e graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela UFT. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Saberes e Fazeres em Contextos Socioculturais e Educacionais (GEPEFAZE) e do Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais da UFT. Atua principalmente nas temáticas: Comunicação e Imagem, Narrativas Gráficas, Charges, Quadrinhos, Comunicação e Pinturas Rupestres, História da Linguagem e da Comunicação, Imagem e Imaginário Indígena. **E-mail:** biavatti.cidiclei@mail.uft.edu.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0122-1799>

Marina Haizenreder Ertzogue: Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora titular da Universidade Federal do Tocantins (UFT), docente do curso de História e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (CIAMB) e em História das Populações Amazônicas (mestrado profissional). Atua nas áreas de História Cultural, Métodos e Teoria da História, com ênfase em gênero, cultura, natureza, História Ambiental, turismo religioso e cultural, hidrelétricas e populações ribeirinhas e amazônicas. **E-mail:** marina@uft.edu.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7854-736X>

Recebido em: 05/05/2024

Aprovado para publicação em: 18/01/2026